

ILHAS OCEÂNICAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL¹

Ayolsé Andrade Pires dos Santos e Renata Medeiros Paoliello

INTRODUÇÃO

O problema agrário, nas ilhas de São Tomé e Príncipe, teve sua origem na era colonial, com a chegada dos colonos portugueses à ilha de São Tomé, em 1471, e na ilha de Príncipe em 1472. O país estruturou-se a partir de uma economia primária exportadora baseada, em um primeiro momento, na mão de obra escrava, e após o término da escravidão, a mão de obra passou a ser substituída pelos trabalhadores contratados provenientes das outras colônias portuguesas (Angola, Cabo-Verde e Moçambique). Alguns estudos apontam que, antes da

¹ Este trabalho é parte da Dissertação intitulada: “Estudo da Questão Agrária na ex-colônia Portuguesa: o caso de São Tomé e Príncipe”.

chegada dos portugueses à ilha, não havia população local, e que os primeiros habitantes foram levados pelos portugueses com a introdução do cultivo da cana-de-açúcar (SEIBERT, 2015). A mão de obra levada ao país nesse primeiro momento foi proveniente dos países da costa oeste do continente, principalmente do Benin, Congo e Angola no ano de 1493, quando se dá a colonização efetiva (SEIBERT, 2015).

Da formação do país aos dias atuais, a agricultura sempre se configurou como a base da economia (BARBOSA, 2001). As estruturas econômicas estavam alicerçadas na exploração do solo para produção de bens primários destinados à exportação para as metrópoles e, no atual contexto do país, essas estruturas se mantiveram (MIRANDA et al., 2012).

A primeira monocultura introduzida foi o ciclo da cana-de-açúcar nos finais do século XV, com término em meados do século XVII, fruto de revoltas dos escravizados, que destruíram os engenhos e, também nessa altura, o Brasil mostrou-se mais rentável a essa cultura, fazendo com que os portugueses transferissem o cultivo de cana para as terras recém-chegadas (QUARESMA, 2017; FURTADO, 1992). Após o ciclo da cana, iniciou-se o ciclo do café, introduzido nos finais do século XVIII (1787), e no século XIX, o ciclo do cacau (1822). Ambas as plantas foram levadas do Brasil para as ilhas como plantas decorativas e, posteriormente, transformaram-se em uma cultura de exportação. Nos dias atuais, o cacau constitui o maior produto de exportação (BARBOSA, 2001; MIRANDA et al., 2012).

Os ciclos do café e cacau propiciaram a estrutura agrária mais consistente da era colonial, cujos vestígios são presentes nos dias atuais. Com essas culturas a apropriação de mais terras foi acelerada e, foram surgindo cada vez mais latifúndios. Esses latifúndios foram denominados no país como roças.

Roça designa as grandes parcelas de terras destinadas ao cultivo de café e cacau, ou seja, empresas agrícolas da era colonial. Essas, muitas das vezes, recebiam o nome do colono a quem foi concedida pela Coroa Portuguesa para exploração e nomes das figuras religiosas da Igreja Católica. Roça Sundy na ilha do Príncipe, Barão de Água Izé, Rio do Ouro, São Nicolau, Monte Alegre, Agostinho Neto, Santa Catarina, Bom Sucesso, Boa entrada, Santa Adelaide, São João dos Angolares e Porto Alegre são as mais destacadas. Hoje, essas roças tornaram-se comunidades habitadas por antigos trabalhadores e seus descendentes.

Foi também, durante esse período, que os portugueses levaram mais pessoas na condição de escravizados. Muito embora a ilegalização do tráfico de escravos em 1836, ela continuou até meados de 1850. Porém, até a data de 1875, ano da abolição no país, era permitido transferir um máximo de dez escravos entre as colônias (SEIBERT, 2015). Dessa forma, os portugueses aproveitaram para transferir das outras colônias no continente o máximo de pessoas para trabalhar no cultivo de cacau e café. Registrou-se um aumento de pessoas escravizadas entre 1855 e 1872, indo de 4.580, que constituía 37% da população, para 8.575, correspondendo a 40% (NASCIMENTO, 2008). De acordo com Seibert (2015), a maioria desses escravos foi trazida de Gabão² clandestinamente.

Após a abolição (1875), os alforriados se recusaram a trabalhar nas plantações, gerando uma crise de mão de obra. Para suprir essa crise, os portugueses importaram mão de obra dos países da costa africana, levados às ilhas na condição de trabalhadores contratados. Porém, as condições de trabalho e de vida eram similares às dos escravizados (TEMUDO, 2008).

² Gabão é um país situado na costa ocidental do continente africano, com uma distância de não mais de 300 km, com a de São Tomé.

Seibert (2015) aponta que, em 1876, havia no país um total de 7.500 pessoas alforriadas. Essas constituíram uma das categorias sociais no país conhecida como forro. Atualmente, existem três principais categorias: os forros, os angolares (povos provenientes de Angola que habitam a região sul da ilha de São Tomé) e os cabo-verdianos (não repatriados após independência). Os forros e as demais categorias sociais constituíram o povo de São Tomé e Príncipe após a independência.

O arquipélago São Tomé e Príncipe compõem-se por duas ilhas principais: ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe, mais algumas pequenas ilhotas, situadas a oeste do continente africano, no Golfo da Guiné. É atravessado pela linha do equador na região sul da ilha de São Tomé. Possui um clima equatorial úmido com apenas duas estações: a chuvosa durante um período de nove meses, que ocorre entre setembro e junho, e a Gravana (relativamente seca), entre junho e setembro. Possui um solo fértil favorável às práticas agrícolas, com uma área total de 1001 km². A ilha do Príncipe³ localiza-se a nordeste de São Tomé, a uma distância de 145 km.

Com relação à demografia, possui uma população de 210.240⁴ habitantes com estimativa de alcançar 284.293 até 2035. No que tange à distribuição da população no espaço rural e urbano, os dados apontam que o número da população urbana em 2020 era de 143.055, totalizando 68%, e a rural 67.185, totalizando 32%.

³ Ilha de São Tomé possui 859 km² e a ilha de Príncipe 142 km².

⁴ Número da população em 2020 informado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).



Figura 1. Localização geográfica das ilhas de São Tomé e Príncipe.

Fonte: INDEPENDÊNCIA, 2022.

A base da economia provém dos serviços, agricultura, pesca e pecuária. Embora o país tenha solo fértil para o bom desenvolvimento da agricultura, a população como um todo ainda vive em estado de pobreza (SOUSA, 2009). Isso se deve ao fato de que a produção local de alimentos é insuficiente para abastecer o mercado local, gerando dessa forma a necessidade de importação dos bens alimentícios, bem como dos demais produtos industrializados, o que tem gerado elevado custo de vida que, ao mesmo tempo, não condiz com o salário-mínimo⁵. Silva (2014, p.25) confirma essa realidade ao constatar em seu estudo sobre a segurança alimentar que “a fraqueza de STP reside na incapacidade de poder auto-sustentar-se, embora possua uma variada gama de

⁵ Salário-mínimo em São Tomé e Príncipe e de 1200 Dobras (Dbrs), equivalente a 50 Euros.

produtos internos, as importações são muito superior as exportações, ou seja, aquilo que produz não chega para suprir as necessidades”.

Embora o país seja reconhecido pela sua riqueza natural, a má administração, bem como a má distribuição de pessoas no espaço físico tem contribuído para existência inúmeras vulnerabilidades sociais, afetando também o meio ambiente. Uma vez que o ordenamento fundiário tem se dado de forma arbitrária, a população tem erguido suas construções habitacionais em lugares muitas das vezes inadequados, o que vem contribuindo para dificuldade de implementação estruturada de ordenamento. Além disso, dado o alto custo de construção em alvenaria, e a falta de uma políticas publicas de habitacionais, as casas são feitas de maneira. Isso tem levado ao abate excessivo de arvores, o que tem provocado mudanças climáticas. Outra prática que também tem contribuído para abate de árvores milenares é a confecção de canoas artesanais usadas na pesca artesanal.

A extração ilegal de areia denominado no país por roubo de areia, e sua venda em mercados clandestinos tem apresentado como um dos principais problemas a questão ambiental. Hoje, as consequências dessa prática já se fazem sentir. Além da diminuição de areia nas praias que antes eram abundantes, também se observa maior aproximação das marés, provocando algumas catástrofes como, por exemplo, destruição de casas que se encontram mais próximas das localidades costeiras.

A Figura 2 retrata um bairro na capital da ilha de São Tomé, na qual o roubo de areia é mais frequente. O bairro tem enfrentado sérios problemas de alagamento em épocas chuvosas devido às crateras que vão se formando mediante extração da areia. Ainda que essas práticas sejam ilegais e constituem

crime, sabe-se e há relatos que a compra da areia roubada é feita a noite ou de madrugada e muitas vezes com envolvimento dos oficiais policiais e militares.



Figura 2. Alagamento no bairro Satón em São Tomé.

Fonte: Jornal Tela Nón, 2020.

O subdesenvolvimento que caracteriza o país não pode ser explicado por falta de apoios financeiros. O país conta com ajuda dos maiores órgãos externos desde os primeiros anos após a independência. A União Europeia, Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), têm sido os principais parceiros dos primeiros anos após a independência (TRIGUEIROS, 2021). Além desses, países como China, Guiné-Equatorial e Nigéria são parceiros que vêm apoiando o país na luta contra o subdesenvolvimento. Mediante as ajudas que o país recebe, dadas as características geográficas e demográficas que facilitariam seu desenvolvimento, o cenário atual deixa a desejar.

A resposta mais convincente para justificar a pobreza em um país de 1.001 km², com menos de meio milhão de habitantes, é sustentada no clientelismo de Seibert (1998), associada à falta de “vontade política”. Para Trigueiros (2021), há necessidade de se criar políticas de melhorias sociais para a redução do custo de vida. Contudo, em meio à pobreza generalizada, a elite política ostenta uma vida de luxo.

Após a independência, criou-se em São Tomé e Príncipe um Estado baseado nas relações clientelistas, que têm condenado o país a uma situação de desigualdade econômica e social; a incapacidade estatal na promoção de políticas públicas para melhoria de condições de vida da população tem relegado o país de modo geral e as localidades rurais em específico a uma condição de pobreza.

As antigas roças, se tornaram hoje, as localidades atuais que formam assim o conglomerado rural do país. Essas localidades vêm sendo vítimas do fracasso das políticas do Estado na promoção de desenvolvimento local e de garantia de melhores condições de vida. Embora no país como um todo não existam situações de miséria (SILVA, 2014; ORLANDI, 2011), as localidades rurais, principalmente, são as que mais sofrem com a falta de infraestrutura e saneamento básico. Ainda hoje, é corriqueiro que a população percorra quilômetros a pé para ter acesso a escolas, à água potável, bem como às instituições mais importantes, uma vez que essas se concentram na capital do país. A população não tem fácil acesso a cartórios, hospitais, universidade etc.



Figura 3. Falta de acesso à água canalizada na comunidade de Pantufo na ilha de São Tomé.
 Fonte: Foto de Relson Diogo, 2022.

A Figura 3 retrata as dificuldades que população tem com relação ao acesso à água potável. Essa é uma realidade encontrada não só na comunidade de pantufo, mas sim é vista em todo país. A má gestão dos recursos públicos é a principal causa da pobreza estrutural do país. Tendo em conta que o setor privado é ainda sem grande relevância, o Estado tem sido o maior empregador e o único incumbido de promover melhorias sociais (SEN, 1999). Embora o país não possua muitos minerais, tendo descoberto petróleo apenas na década de 1990, São Tomé e Príncipe tem recebido diversas ajudas externas por meio dos acordos bilaterais; porém, os frutos desses acordos não têm impactado a vida da população. O cenário de pobreza generalizada é visto em todo o país. As Figuras, a seguir, retratam esse subdesenvolvimento encontrado em diversas regiões do país.



Figura 4. Baía de Ana Chave na capital de São Tomé.
Fonte: Foto de Yure Lambertini, 2022.



Figura 5. Capital de São Tomé.
Fonte: Foto de Yure Lambertini, 2022.



Figura 6. Localidade de Neves no Norte em São Tomé.

Fonte: Foto de Amedy das Neves, 2022.

O subdesenvolvimento associado ao clientelismo fez com que parte dos aparelhos do Estado em São Tomé e Príncipe fosse visto como o modo mais fácil para que as pessoas pudessem melhorar sua condição financeira. Isso, por sua vez, tem contribuído para a má gestão dos bens públicos, corrupção e o nepotismo que caracterizam, atualmente e sempre caracterizaram, a política santomense. Porém, nem todos conseguem um cargo na função pública.

As especificidades do país faz com que o Estado seja o principal agente incumbido de proporcionar melhorias de condições de vida. Ao que se observa são fracas as contribuições do setor privado no crescimento e desenvolvimento do país. Embora haja incentivo do Estado ao empreendedorismo, o setor privado está mais voltado à prestação de serviços e comércio de bens industrializados importados. O que tem encarecido o custo de vida é o alto custo dos produtos importados e acesso aos serviços como educação, saúde e

moradia. Por outro lado, a remuneração do setor privado não é compatível ao alto custo de vida.

Não obstante o subdesenvolvimento que caracteriza as ilhas, São Tomé e Príncipe apresenta grandes potencialidades que, se bem aproveitadas, contribuirão para a reversão das realidades atuais. Além de um solo fértil e clima favorável à agricultura, o país apresenta potencialidades turísticas. As ilhas de origem vulcânica foram agraciadas com maravilhas da natureza, conferindo-lhes potencial para desenvolvimento do turismo sustentável. Nas águas mornas do oceano Atlântico, o país tropical visto do alto espelha pela sua vista admirável uma natureza abundante.

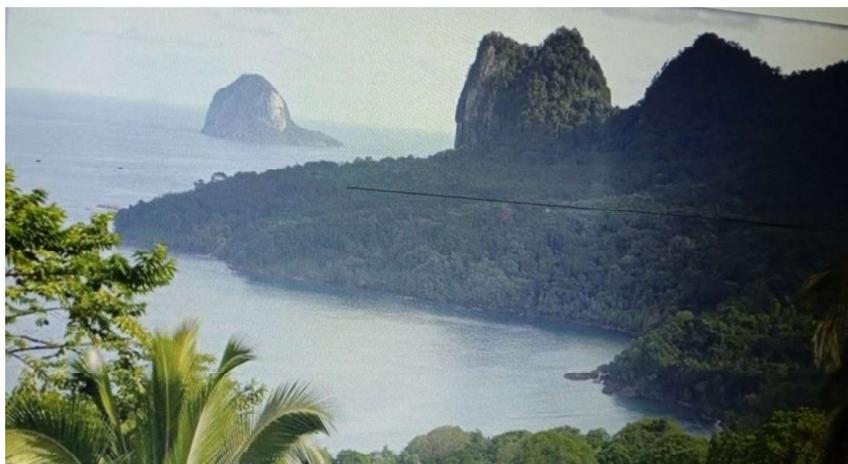


Figura 7. Ilhéu Boné de Jockey.

Fonte: LITORAL, 2014.

Boné de Jockey é um pequeno ilhéu com formato de um boné mais próximo à ilha de Príncipe. Além do Boné de Jockey, encontra-se o ilhéu Bom Bom e o ilhéu Carço. Cercada pelo mar vasto para passeios de barco e praias

banháveis de água quente, o ambiente natural das ilhas favoreceu a existência de uma fauna e flora caracterizada por espécies endêmicas.



Figura 8. Praia Tamarindos na ilha de São Tomé.

Fonte: PRAIA, 2015.

O nome da praia Tamarindos é devido ao fato de ser povoada por grande quantidade de tamarindos. O tamarindo e baobá, conhecido na ilha por micondó ou, ainda, por imbondeiro, são abundantes nas prais da região oeste, noroeste e norte de São Tomé. Um dos pontos turísticos do país, a Lagoa Azul, é um dos lugares em São Tomé que concentra maior quantidade de árvores de imbondeiros, além de tamarindos. A Lagoa Azul localiza-se ao norte. Para chegar à praia, é preciso descer um aclave, o que, por outro lado, possibilita olhar a praia do alto. Avistada do alto, a vista da cor do mar alterna entre o azul-turquesa e o verde-esmeralda, de acordo com a disposição da luz. Nas águas claras, pode ser observada grande variedade de corais.



Figura 9. Lagoa Azul.
Fonte: SÃO TOMÉ, 2022.

A biodiversidade é garantida pela floresta virgem abundante no país. A floresta abundante nas ilhas confere-lhe potencial medicinal. As florestas têm sido um campo de estudo dos farmacêuticos internacionais devido à grande quantidade de plantas medicinais nelas encontradas. Em julho de 2012, a ilha de Príncipe foi considerada a reserva mundial da biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Obô, que na língua local significa floresta, é um lugar possível de se visitar. O Parque Natural Obô é uma Obó, uma área protegida de 300 km² repartidos entre as duas ilhas. O parque abriga mais de 895 espécies de plantas registradas dentre quais 400 são endêmicas. É nesse parque onde nascem os maiores rios das ilhas que durante seu percurso até desaguar no mar formam várias cascatas. Rios de água doce existem em abundância no país, porém são pouco aproveitados.



Figura 10. Parque natural Obô em São Tomé.
Fonte: SÃO TOMÉ, 2021.



Figura 11. Cascata (cachoeira) S. Nicolau.
Fonte: SÃO TOMÉ, 2021.

Com cerca de 20 metros de altitude e situado no centro do país depois da roça saudade, a cascata S. Nicolau é uma das mais conhecidas e admirada, com vegetação verde e exuberante que contrasta com o ar fresco vindo das águas.

Mais ao sul da ilha de São Tomé encontra-se o rio Malanza, com maior caudal. Possui 23 metros de altitude, com cerca de dois quilômetros de leito navegável para canoas de remo, da foz para o interior.

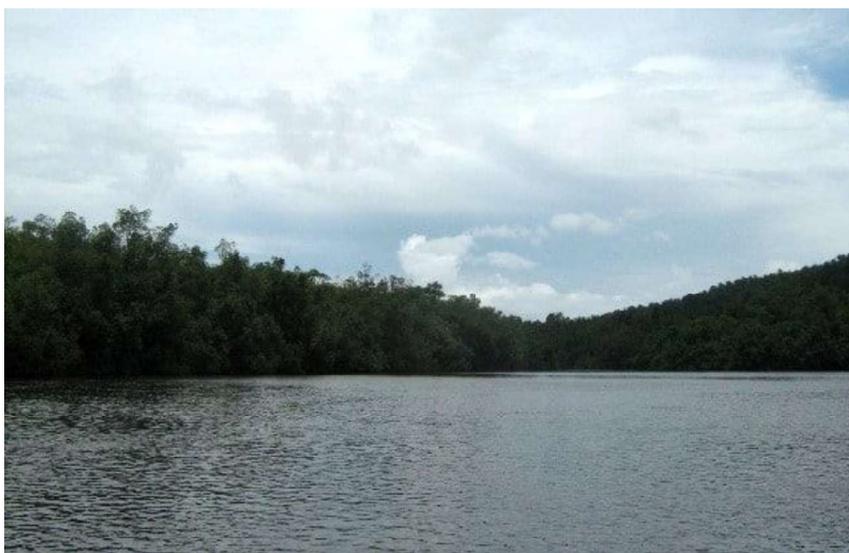


Figura 12. Rio Malanza, São Tomé.

Fonte: Jornal Téla Nón, 2009.

As potencialidades turísticas estão identificadas. Porém, são pouco exploradas, devido à desorganização do país, bem como à falta de infraestrutura. Por outro lado, verifica-se a falta de investimento do Estado ao turismo, permanecendo esse setor sob os investimentos privados e, sobretudo, estrangeiros.

Melhores vias de acesso, segurança pública e infraestrutura são medidas necessárias para o crescimento do turismo. Na ilha do Príncipe, o turismo é controlado na sua maioria pela empresa Sul africana HBD-Boa Vida. De acordo com jornal *Téla Nón* (2012), a empresa projetava investir mais de 70 milhões de euros até 2020. Embora sem dados institucionais, os moradores da ilha afirmam que a mesma empresa tem comprado, do Estado, grandes quantidades de terra e, a suspeita é que HBD possua a maioria das terras da ilha de Príncipe. Já em São Tomé, as empresas portuguesas dominam as maiores redes de hotéis.

NOVO REORDENAMENTO FUNDIÁRIO E NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

A realidade da questão agrária presente em São Tomé e Príncipe assume características próprias, embora haja algumas similaridades com as realidades debatidas pelos intelectuais brasileiros e os demais internacionais. Como apontou Stédile (2013), a questão agrária está atrelada a fatores históricos políticos. O socialismo santomense, após a independência, sempre esteve atravessado pelo clientelismo, corrupção e aproveitamento dos bens públicos para fins pessoais mais do que coletivo. As premissas centrais da reforma agrária (modo de produção e campesinato), quando analisadas em São Tomé e Príncipe, deixam evidente que o problema da questão agrária está na necessidade de novo reordenamento fundiário e da falta de políticas públicas para o desenvolvimento agrícola que dê maior segurança aos pequenos agricultores, promovendo melhores condições de vida de moradores rurais.

O primeiro fator importante que mostra a especificidade santomense é ausência da luta pela terra. Khalil (2016), em sua abordagem da luta pela terra, considera os conflitos entre os europeus e os povos indígenas como sendo o

ponto de partida desse debate. No processo de ocupação das ilhas pelos portugueses, não foram registrados conflitos pelo fato de não haver, no arquipélago, populações estabelecidas quando da chegada dos portugueses. Reza a lenda que os povos angolares que habitam a região sul do da ilha de São Tomé já estavam nessa região antes da chegada dos colonizadores. Porém, não há um consenso sobre essa ocupação prévia, ou se eles eram escravizados que ao fugirem das plantações, formaram quilombos na região sul, uma vez que aquelas terras ainda se encontravam desabitadas.

Até o momento, São Tomé e Príncipe não registraram conflitos com vítimas mortais decorrentes da luta pela terra. Dos poucos tumultos que ocorreram quando da invasão das terras que não estavam sendo utilizadas, não se registrou nenhum ferido ou qualquer vítima mortal. A expressão luta pela terra não é frequente no país, nem as ocupações de propriedades abandonadas. Foram poucos os casos ocorridos em que a população invadiu uma grande parcela de terra que não estava sendo utilizada. Nas poucas vezes em que isso ocorreu, as terras invadidas foram usadas para construção de habitação e produção agrícola.

As ocupações acontecem quando uma grande parcela de terra não está sendo usada para nenhum fim e se encontra abandonada, por pessoas que procuram por um pedaço de terra para viver ou trabalhar⁶. Nas zonas rurais encontra-se a maior parte das terras abandonadas e a presença do Estado é quase imperceptível. Lá, os moradores vão avançando em terrenos abandonados, construindo suas habitações e seus espaços de cultivos.

⁶ Não foram encontrados dados oficiais sobre a ocorrência dessas ocupações. A mais recente, de que se soube por meio de moradores locais, foi na zona de Pantufo. A parcela ocupada é conhecida como Cuscuto. Não foram obtidas informações sobre ocupações na ilha do Príncipe, porém existem relatos da maior empresa na ilha *Here Be Dragons* (HBD), uma empresa turística que tem comprado cada vez mais terras nessa ilha. Caberia um estudo mais aprofundado na ilha do Príncipe sobre a presença da HBD na região.

Desse modo, a problemática da questão agrária assume novos contornos. Devido às irregularidades do relevo, o crescimento e expansão da população em terrenos sem aclives tem tornado cada vez mais raros. Percebe-se, por outro lado, a disputa entre melhores terrenos para construção de habitação e para produção. Terrenos com aclives são mais difíceis de construir casas e, para o desenvolvimento de agricultura, demandam certa tecnologia. Na ilha de São Tomé, a região nordeste é a mais plana da ilha; as demais apresentam grandes irregularidades. De 1980 a 2003, a privatização e distribuição das terras aos pequenos agricultores não levou em consideração projeções de crescimento demográfico. Áreas agrícolas e habitacionais se misturam no mesmo espaço. Dado aos fatos apresentados entende-se necessário um novo reordenamento fundiário, com políticas públicas, para desenvolvimento agrícola e fortalecimento da agricultura familiar. Por outro lado, permitirá a construção de um plano desenvolvimento rural para o país.

De certa forma não podemos afirmar que exista escassez de terra. A partir da leitura paisagística, encontramos várias partes do país ocupadas por florestas. Ao que tudo indica, o problema central atual não é escassez de terra, mas sim a disputa por melhores terrenos para construção de moradias e produção agrícola. Entre a produção agrícola, a pequena produção familiar tem disputado espaço com as culturas de exportação. Na medida em que a população vai crescendo, novos espaços vão sendo ocupados. O crescimento demográfico, a desorganização da distribuição das pessoas no espaço físico e, a pequena dimensão territorial, associada ao relevo das ilhas, constitui-se em problema com o qual o Estado terá que lidar. Como ressaltou o representante da Direção da Pecuária, “áreas de produção estão se tornando áreas de construção e área de construção em áreas de produção” (DIREÇÃO DA PECUÁRIA, 2021).

As maiores e melhores terras estão na posse das empresas agrícolas privadas, como cooperativas de cultivo para exportação e a pequena elite política. A aquisição de terras tem se dado, no momento atual, por meio da compra, ou pelo arrendamento direto junto ao Estado, no caso de pessoas com poder financeiro que pretendem explorar uma vasta área. A compra e venda entre pessoas físicas, ou seja, de terceiros, também é corriqueira principalmente para construção de habitações. No que tange à distribuição de terras para pequenos agricultores, o Estado apenas vem concedendo títulos de posse, uma vez que agricultores já ocuparam as terras que estavam abandonadas.

Outro motivo que faz necessário o reordenamento fundiário é a delimitação de espaço entre a construção de habitação e espaço para construção de vias de acesso. As vias de circulação, além de serem muito estreitas, são vias de mão dupla, com raras exceções. Isso é o fator que mais vem contribuindo para acidentes de viação, resultando desde invalidez a até vítimas mortais. Além de acidentes, os pedestres também não têm segurança, estando expostos a atropelamentos.



Figura 13. Comparação de acidentes de viação primeiro semestre de 2019-2020.

Fonte: Polícia Nacional, 2020.

De acordo com a Figura 13, o país registrou 416 acidentes de viação no primeiro semestre de 2019 com uma média de 69,3 acidentes por mês, sendo 142 atropelamentos. A mesma análise, feita para primeiro semestre de 2020, registrou-se um total de 376 acidentes de viação com uma média de 62,66 acidentes por mês, sendo 120 atropelamentos. Se somarmos os dois semestres, temos um total de 792 acidentes em 12 meses, sendo uma média de 66 acidentes por mês.

Além dos acidentes, a dificuldade que o Corpo de Bombeiros possui para socorrer as vítimas, também é algo preocupante. Em virtude disso associado às vias esburacadas, em muitos casos, os pacientes acabam por falecer antes mesmo de chegar ao hospital. Os Bombeiros de Incêndios também têm dificuldades de chegar a tempo nos locais de sinistros por falta de via de acesso. Inúmeras são as famílias que viram suas casas sendo consumidas pelo fogo nessa situação. As vias, além de estreitas, não possuem acostamento, e algumas, nem calçadas para pedestres; as que têm, mal têm capacidade para um pedestre.

Até então o Estado não tem feito loteamento dos terrenos para delimitar esses espaços. A desorganização do próprio Estado tem permitido que cada um construa em qualquer lugar sem deixar o devido espaço para construção de vias de acesso. Muitas localidades não têm vias asfaltadas, os bairros surgem sem qualquer ordenamento, com casas sendo construídas antes dos asfaltos, água e energia. Durante as campanhas para eleições legislativas, as maiores promessas feitas pelos partidos envolveram levar água, energia e vias asfaltadas. É corriqueiro o comentário de que “todos os anos deveria haver eleições”, pois as vésperas das eleições, como forma de conseguir votos, o governo procede com algumas ações de melhorias.

A ineficiência das políticas públicas na promoção do desenvolvimento rural e principalmente no incentivo à agricultura familiar tem contribuído para a desvalorização de agricultura como uma profissão digna. A agricultura ainda é vista como uma atividade que não traz retornos financeiros que possibilitem uma vida com melhores condições. Muitos, principalmente a camada jovem da população, veem na agricultura um trabalho que demanda muito esforço, ou seja, é demasiadamente cansativo e sem retorno financeiro. Os próprios agricultores não desejam que seus filhos trabalhem na agricultura pelo fraco retorno financeiro que têm tido.

A precariedade e as condições de pobreza que caracterizam o país são maiores entre os agricultores familiares e a população das áreas rurais. Maiores incentivos por meio de políticas de fortalecimento e proteção do agricultor familiar apresentam-se como saída para solucionar o problema (KAUTSKY, 1998). No caso santomense, o reordenamento fundiário transcende a questão agrária. É um problema central que impacta o desenvolvimento do país como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato da colonização portuguesa ter usado, unicamente como lugar de produção de matéria prima, fez com que, desde o início, as ilhas não fossem projetadas como lugar de vida e infraestrutura. A herança colonial de um país primário e, nos dias atuais, as dificuldades de implementação de políticas que reorganize o país, de modo geral, promovendo uma nova organização da sociedade, tem contribuído para o atual cenário de pobreza que caracteriza o país como um todo. Por outro lado, a reorganização fundiária e um plano de urbanização apresentam-se como medidas necessárias a uma das problemáticas

da questão agrária e ambiental, bem como, a criação de uma nova imagem ao país. Fica evidente que o problema agrário tem apresentado várias facetas, isto é, tem sido a centralidade de diversos problemas que o país enfrenta nos dias atuais. Logo, entende-se que a questão agrária nas ilhas de São Tomé e Príncipe, é algo a ser superado e que hoje se desdobra em vários aspectos dos problemas sociais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Gomes. *Políticas Públicas e Estratégia de Desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: ISA, 2001. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia Industrial). Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/774>>.

FURTADO, Celso. O Subdesenvolvimento Revisitado. *Economia e Sociedade*, [S.l.], V.1, N.1, p.5-19, ago. 1992. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643307/10831>>.

KHALIL, Bárbara. *A Territorialização da Luta pela Terra na Capital da Tecnologia: a trajetória de luta dos assentados no PDS Santa Helena/SP*. São Carlos, UFSCar, 2016, 50p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos.

MIRANDA, L.C.; BRAZ RABELO, F.D. Agricultura Sãotomense e sua Perspectiva no Século XXI: uma análise socioambiental da ilha do Príncipe – São Tomé e Príncipe, África. *Revista Geonorte*, Manaus, V.3, N.6, p.463-473, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1960>>.

NASCIMENTO, Augusto. As ONGs em São Tomé e Príncipe: entre a afirmação da sociedade civil e a emulação do clientelismo nas práticas

Políticas. *CODESRIA*, Yaoundé, Cameroun, 2008. Disponível em: em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9657/1/Augusto_Nascimento-2.pdf>.

ORLANDI, Francesca del Bove. *Cadeia de Valores do Cacau em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: ISA, 2011, 114p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Alimentar) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/4172>>.

QUARESMA, Elvander dos Santos Pedro. *Economia Açucareira: São Tomé e Príncipe (século XVI ao XVII)*. São Paulo, 2017, 167p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05042017-091736/pt-br.php>>.

SANTOS, Ayolsé Andrade Pires dos. *Estudo da Questão Agrária na ex Colônia Portuguesa: o caso de São Tomé e Príncipe*. Araraquara, 2022, 94p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/237237>>.

SEIBERT, Gerhard. São Tomé e Príncipe: instabilidade política e crise econômica num micro-Estado insular. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, N.122, p.1-22, jul. 1998. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/89377>>.

SEIBERT, Gerhard. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. *Anuário Antropológico/2014*, Brasília, UnB, V.40, N.2, p.99-120, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6699>>.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2007.

SILVA, Cila Figueiredo Lima Lopes da. *Segurança Alimentar em São Tomé e Príncipe. Estudo de caso dos distritos de Água-Grande e Mé-Zóchi*. Lisboa: ISA, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/8271>>.

TRIGUEIROS, Ayarra Euzébio do Espírito Santo. *Papel dos Investimentos do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para o Desenvolvimento da Agricultura em São Tomé e Príncipe (2000-2018)*. Évora, 2021, 157p. Dissertação de Mestrado – Universidade de Évora, Portugal.

